

# Abordagem Policial: Conceito, Regras e Fundamentos Jurídicos

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 29, 2024



## Introdução

A abordagem policial é um procedimento comum e essencial para a manutenção da ordem pública e a segurança da sociedade. No entanto, para que seja legítima e respeite os direitos dos cidadãos, deve seguir regras específicas e fundamentos jurídicos. Neste artigo, vamos explorar o que é a abordagem policial, quais são suas regras e os princípios legais que a regem.

## **0 Que é a Abordagem Policial?**

A abordagem policial é a ação realizada por agentes de segurança pública para verificar a identidade, a conduta e a situação de uma pessoa. Esse procedimento pode ocorrer em diversas situações, como em operações de rotina, investigações criminais ou em resposta a denúncias. O objetivo é garantir a segurança pública, prevenir crimes e proteger os direitos dos cidadãos.

## **Fundamentos Jurídicos da Abordagem Policial**

A abordagem policial deve ser realizada em conformidade com a Constituição Federal e outras normas legais. Alguns dos principais fundamentos jurídicos incluem:

**Princípio da Legalidade:** Conforme o artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. A abordagem policial deve ser baseada em normas legais e procedimentos estabelecidos.

**Direito à Dignidade Humana:** O artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República. A abordagem policial deve ser conduzida de forma respeitosa, sem abusos ou constrangimentos desnecessários.

**Direito à Liberdade e Segurança:** O artigo 5º, caput, da Constituição Federal, assegura a todos os cidadãos o direito à liberdade e à segurança. A abordagem policial não pode violar esses direitos sem justificativa legal.

**Proibição de Tortura e Tratamento Desumano:** O artigo 5º, inciso III, da Constituição Federal, proíbe a tortura e o tratamento desumano ou degradante. Durante a abordagem, os policiais devem agir com respeito e humanidade.

## Regras para a Abordagem Policial

Para que a abordagem policial seja legítima e respeite os direitos dos cidadãos, algumas regras devem ser seguidas:

1. **Identificação dos Policiais:** Os agentes de segurança pública devem se identificar de forma clara e apresentar suas credenciais, quando solicitado pelo abordado.
2. **Justificativa da Ação:** A abordagem deve ser justificada por motivos razoáveis, como suspeita fundada, denúncia ou situação de flagrante delito.
3. **Respeito aos Direitos Fundamentais:** Durante a abordagem, os policiais devem respeitar os direitos fundamentais do cidadão, como o direito à integridade física e moral, à privacidade e à liberdade.
4. **Uso Proporcional da Força:** O uso da força deve ser proporcional à situação e somente empregado quando necessário para garantir a segurança dos policiais e dos cidadãos.
5. **Registro da Abordagem:** Quando possível, a abordagem deve ser registrada por meio de câmeras corporais ou outros dispositivos de gravação, garantindo a transparência e a accountability dos agentes.

## Direitos do Cidadão Durante a Abordagem Policial

Os cidadãos têm direitos que devem ser respeitados durante a abordagem policial. Alguns dos principais direitos incluem:

1. **Direito ao Silêncio:** O cidadão tem o direito de permanecer em silêncio e não responder a perguntas que possam incriminá-lo.
2. **Direito à Integridade Física e Moral:** O cidadão não pode ser submetido a tortura, maus-tratos ou tratamento desumano ou degradante.
3. **Direito à Informação:** O cidadão tem o direito de ser informado sobre o motivo da abordagem e os procedimentos

que serão realizados.

4. **Direito à Assistência Jurídica:** O cidadão tem o direito de solicitar a presença de um advogado durante a abordagem, especialmente em casos de detenção ou prisão.

## **Implicações e Consequências de Abordagens Irregulares**

A realização de abordagens policiais irregulares pode ter sérias implicações jurídicas e sociais. Algumas das principais consequências incluem:

1. **Responsabilidade Civil e Penal:** Policiais que realizam abordagens abusivas ou ilegais podem ser responsabilizados civil e penalmente por seus atos.
2. **Danos Morais e Materiais:** As vítimas de abordagens irregulares podem buscar reparação por danos morais e materiais sofridos, por meio de ações judiciais.
3. **Desconfiança na Polícia:** Abordagens abusivas podem gerar desconfiança e deteriorar a relação entre a polícia e a comunidade, comprometendo a eficácia das ações de segurança pública.

## **Conclusão**

A abordagem policial é um procedimento essencial para a segurança pública, mas deve ser realizada com respeito aos direitos fundamentais e em conformidade com a lei. Conhecer as regras e os fundamentos jurídicos que regem a abordagem policial é fundamental para garantir a legitimidade das ações policiais e a proteção dos direitos dos cidadãos. Ao promover uma abordagem policial justa e respeitosa, podemos fortalecer a confiança na segurança pública e construir uma sociedade mais segura e equitativa.